

Reunião de 08 de maio de 2018



----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia oito de maio do ano de dois mil e dezoito. -----

----- Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, no edifício dos paços do concelho e na sala de reuniões do gabinete do presidente, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Manuel da Ressurreição Cordeiro, Evaristo António Neves, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Joana Filipa Vicente da Silva, Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira, e, comigo, António Luís Moreira, chefe de Divisão Administrativa e Financeira, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente, foi deliberado proceder, de seguida, à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

----- **BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia sete de maio de dois mil e dezoito. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de três milhões, noventa e cinco mil, seiscientos e três euros e cinquenta e quatro centimos (€3.095.603,54). -----

#### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

##### **----- REUNIÃO PÚBLICA – PERÍODO COM INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**- PEDIDO DE MARIA VIRGÍNIA PARREIRA:** - Esteve presente a munícipe, Maria Virgínia Parreira, portadora do Cartão de Cidadão número 03447756, residente na quinta de cima, rua da igreja, número cinco, na localidade de Quintas das Quebradas, freguesia de Castelo Branco deste concelho, em que começou por dizer que as máquinas da Autarquia já entraram na sua propriedade, o prédio rústico número 274-K, denominado Urzeira, sito na localidade de Quintas das Quebradas, para taparem o furo artesiano e o poço existentes, mas que o muro de vedação do vizinho, o senhor Varizo, ficou com as terras mexidas na sua base, colocando a pergunta, se não irá desabar e trazer problemas acrescidos, querendo também saber, se os buracos, do furo e do poço, ficaram bem tapados porque, disse, não querer ser responsável, por eventuais acidentes que o abatimento das terras possa, no futuro vir a causar. -----

----- Quis, ainda saber, questionando o senhor presidente, para quando está previsto vedarem a propriedade, uma vez que, a estrada municipal a dividiu em duas parcelas, exigindo que sejam vedados os seus extremos, senão, um dia, arrematou, procederá ao encerramento da estrada,

Reunião de 08 de maio de 2018



impedindo o trânsito na mesma, tendo a noção perfeita daquilo que estava a dizer, mesmo tendo sido alertada para os resultados da eventual atitude. -----

----- O senhor presidente garantiu-lhe que o trabalho levado a efeito pelos trabalhadores desta Autarquia esta bem feito, mas disse-lhe que não vai vedar propriedade nenhuma porque o caso já vem de, há muitos anos atrás e o que existe está assim, há muito tempo. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, solicitar aos serviços responsáveis da Unidade de Obras Municipais para apresentarem ao Executivo, um auto de trabalhos levados a efeito na referida propriedade. ----

----- **REUNIÃO COM A EMPRESA SONORGÁS, EM OBRAS NA VILA:** - O senhor presidente informou que, esta semana, teve uma reunião com os representantes da empresa Sonorgás, empresa que irá instalar o gás natural na vila de Mogadouro. – Que, lhes fez sentir a forma inadequada como a empresa adjudicatária está em obra, deixando os arruamentos num estado lastimável para os transeuntes, o que tem provocado imensas queixas por parte dos habitantes da vila. -----

----- Informou o Executivo que os representantes da empresa comprometeram-se a reparar os pavimentos, ou melhor, que a empresa em obra irá proceder à devida reparação dos mesmos. -----

----- **ENCERRAMENTO DO RESTAURANTE ESTORIL, EM MOGADOURO:** - Os senhores vereadores eleitos pela Coligação TODOS POR MOGADOURO PPD/PSD.CDS-PP apresentaram a seguinte intervenção: -----

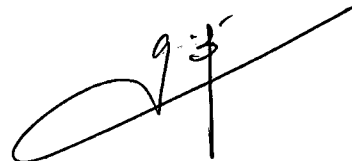
----- “Lamentar profundamente o encerramento de um dos históricos restaurantes de Mogadouro. -----

----- Porque entendemos, que mais de 38 anos de actividade, e bem servir, conferem ao restaurante Estoril e aos seus proprietários Sr. Manuel Lopes e Sra. D. Celeste Lopes um lugar na nossa história contemporânea. Na nossa história recente. -----

----- Lamentar profundamente que o encerramento não se tenha ficado a dever à pausa para uma merecida reforma dos seus proprietários, mas sim à sangria demográfica que grassa nas terras do interior das quais fazemos parte. -----

----- A gastronomia como todos devemos concordar é sinónimo de identidade, de destinação, de desenvolvimento de uma região, até de um pequeno lugar. E o encerramento e a deslocalização do restaurante Estoril

Reunião de 08 de maio de 2018



para a área metropolitana do Porto deixam-nos a todos mais pobres, afastam-nos um pouco mais desse ideal de desenvolvimento. -----

----- Fazemos votos, desejamos ao casal Manuel e Celeste Lopes e à sua família, muito sucesso nesta aventura em terras tripeiras. E lamentamos que tenham deixado de acreditar que aqui era possível." -----

**----- ENCERRAMENTO DE SERVIÇOS NO POSTO DOS CORREIOS DE MOGADOURO:** - Os senhores vereadores eleitos pela Coligação TODOS POR MOGADOURO PPD/PSD.CDS-PP perguntaram também ao senhor presidente da Câmara, se tinha alguma informação sobre o encerramento ou a deslocalização de algum dos serviços dos CTT-Correios, instalados em Mogadouro. -----

----- O senhor presidente respondeu-lhes que não tinha conhecimento de nenhuma notícia sobre o encerramento de serviços no posto dos Correios de Mogadouro. -----

**----- PRIMEIRA INTERVENÇÃO DO VEREADOR MANUEL CORDEIRO:** - Foi presente a intervenção apresentada pelo senhor vereador, Manuel Cordeiro, que adiante se transcreve: -----

"ESTRAGOS PROVOCADOS PELO MAU TEMPO NA AGRICULTURA

Na Reunião Ordinária de 13 de Março, o Senhor Vice-presidente apresentou uma moção no sentido de "solicitar à Direção Regional de Agricultura do Norte o levantamento exaustivo dos prejuízos causados aos agricultores do nosso concelho e procurar medidas compensatórias para esses mesmos prejuízos". -- Estando em jogo o interesse de famílias mogadoureenses, a coligação TODOS POR MOGADOURO, não teve quaisquer dúvidas em votar a favor pelo que a moção foi aprovada por unanimidade. -----

Passados quase dois meses, peço ao Excelentíssimo Senhor Presidente que nos informe sobre o seguinte: -----

1 - Que diligências foram tomadas pelo executivo para dar sequência ao conteúdo da moção? -----

2 - Que resultados concretos nos pode transmitir? -----  
Mogadouro, 8 de Maio de 2018." -----

Reunião de 08 de maio de 2018



----- O senhor presidente respondeu-lhe que a moção foi dada a conhecer e enviada para os gabinetes dos senhores Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação e Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte – DRAP do Norte, em Mirandela e, ainda não houve resposta por parte daquelas entidades. -----

----- **SEGUNDA INTERVENÇÃO DO VEREADOR MANUEL CORDEIRO:** - O senhor vereador, Manuel Cordeiro, apresentou a segunda intervenção que passo a transcrever: -----

**“ITM – ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL**

Em nome da coligação TODOS POR MOGADOURO apresento um comentário aos resultados do ITM – Índice de Transparência Municipal. -----

Em 2017, num universo de 308 municípios, Mogadouro ficou no lugar 263, ou seja, houve 45 municípios com pior classificação. -----

Como mogadourense sentir-me-ia muito mais satisfeito se Mogadouro estivesse bem classificado. -----

Apresento um Quadro com os 12 Municípios do Distrito de Bragança. No confronto com os municípios do Distrito, também a classificação não foi de molde a ficarmos satisfeitos. -----

Câmara	2013		2014		2015		2016		2017	
	ITM	Ranking	ITM	Ranking	ITM	Ranking	ITM	Ranking	ITM	Ranking
Bragança	48	17	42	72	48,07	116	76,24	46	50,13	158
Alfândega	59	2	82	1	94,23	1	100	1	90,66	1
Freixo	16	289	27	221	22,80	289	21,56	303	23,76	300
Macedo	23	256	29	195	40,10	163	70,33	57	57,56	114
<b>Mogadouro</b>	<b>33</b>	<b>159</b>	<b>8</b>	<b>306</b>	<b>28,84</b>	<b>259</b>	<b>34,06</b>	<b>255</b>	<b>32,41</b>	<b>263</b>
Mirandela	51	9	64	5	78,43	16	64,42	83	40,93	204
Miranda	20	272	8	306	60,44	56	68,96	60	59,20	104
Moncorvo	34	142	30	194	33,24	226	27,33	290	34,06	252
Carrazeda	31	181	16	288	32,14	237	32,96	264	27,20	293
Vila Flor	16	289	19	273	7,97	305	73,35	51	65,80	63
Vinhais	12	302	19	272	50,27	100	48,76	147	44,64	189
Vimioso	29	207	27	214	34,61	212	67,17	70	54,67	131

Este estudo, ITM, tem em conta que “Transparência é o ato de providenciar informação relevante, fidedigna, atempada, inteligível e de fácil acesso sobre formato, desempenho e gestão do bem público”. -----

**Reunião de 08 de maio de 2018**



O que está em causa é a relação do executivo com os seus munícipes no que respeita à comunicação entre este e os munícipes. -----

Fazendo uma análise à evolução dos valores nos 12 municípios transmontanos, verifica-se que MOGADOURO obteve a melhor classificação dos 5 anos estudados, em 2013 ficando em 4º. Neste ano o PSD esteve no poder durante 10 meses e o PS 2 meses. -----

Em 2014, Mogadouro obteve a pior classificação de sempre, ficando em último lugar ex-aequo com Miranda do Douro. -----

Em 2015 em 10º, em 2016 em 8º tendo descido para 10º em 2017. -----

Os últimos 3 anos o executivo foi do PS. -----

Deixo algumas questões ao Excelentíssimo Presidente: -----

Que comentários lhe merecem estes resultados? -----

Acha importante que Mogadouro suba no ranking em 2018? -----

Que medidas pensa tomar para melhorar a posição do nosso município?" -----

----- O senhor presidente, em resposta, disse que não dava grande importância a essa matéria, nem tem recursos humanos na Autarquia que possa afetar só a essa área e que, para ele, é bem mais importante o selo de qualidade da água de consumo humano que a Câmara Municipal de Mogadouro recebeu, há bem pouco tempo, atrás e que o Executivo teve conhecimento numa reunião deste órgão. -----

### **ORDEM DO DIA**

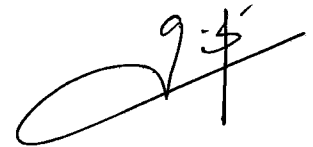
- 1 ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 08/2018 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE ABRIL DE 2018. -----**
- 2 GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO. -----**
- 3 UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS – REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E SANEAMENTO DA ZONA ANTIGA DE BEMPOSTA – TRABALHOS COMPLEMENTARES – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 4 UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS – REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E SANEAMENTO DA ZONA ANTIGA DE PEREDO DA BEMPOSTA – TRABALHOS COMPLEMENTARES – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 5 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE FRANCISCO JOSÉ COSTA GASPAR PARA -----**

Reunião de 08 de maio de 2018



- COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 6 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE JOSÉ ANTÓNIO CORREIA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 7 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE GUILHERMINA DOS ANJOS XARDO PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 8 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE RAQUEL AUGUSTA COSTA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 9 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE LÚCIA ANDRÉ TEIXEIRA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS PARA A FILHA BRUNA SOFIA TEIXEIRA FERNANDES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 10 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE MARIA ADELAIDE FINS PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 11 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE IVETE DA CONCEIÇÃO DE SÁ GERALDES PARA COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 12 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE ALCINA DOS ANJOS CHARDO REIGADA PARA COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 13 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE ANTÓNIO MANUEL ASSIS PARA COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 14 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE JOAQUIM FERNANDO DE CARVALHO CORDEIRO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**

Reunião de 08 de maio de 2018



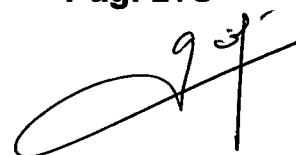
- 15 **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE MARIA ELISA CORDEIRO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----
- 16 **GABINETE MÉDICO VETERINÁRIO – DESPACHO AUTORIZADOR DA INTENÇÃO DE CANDIDATURA AOS INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A MODERNIZAÇÃO DOS CRO AMPLIAÇÃO DO CANIL INTERMUNICIPAL DE BRAGANÇA, MIRANDA DO DOURO, MOGADOURO E VIMIOSO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO.** -----
- 17 **PEDIDO DE APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DE MIGUEL BÁRTOLO PNEUS UNIPESSOAL LDA. – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----
- 18 **PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE TÓ PARA CONCLUSÃO DA CASA MORTUÁRIA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----
- 19 **CONCURSO CONCELHIO DE GADO DE RAÇA MIRANDESA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----

----- **1. ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 08/2018 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE ABRIL DE 2018:** - Foi presente a ata número oito da reunião ordinária do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito, cuja cópia foi previamente distribuída a todos os membros do Executivo. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- **2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO:** - O senhor presidente informou o Executivo que não havia assuntos para aprovação neste ponto da ordem do dia. -----

----- **3. UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS – REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E SANEAMENTO DA ZONA ANTIGA DE BEMPOSTA – TRABALHOS COMPLEMENTARES – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente a informação número setecentos e nove, de dezasseis de abril de dois mil e dezoito, do chefe de Divisão da Unidade de Obras Municipais, Abel Afonso Varandas, sobre o assunto em epígrafe, na qual informou que, em cumprimento do estabelecido nos artigos 300.º e 382.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, em conjugação com o

Reunião de 08 de maio de 2018



estabelecido no Decreto-Lei n.º 06/2004, de 06 de janeiro, procedeu ao cálculo da revisão de preços definitiva da empreitada em título, conforme mapas de cálculo que juntou. -----

----- Informou ainda, transcrevendo o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro: -----

----- “Limite do coeficiente de atualização – Só haverá lugar a revisão de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização C (índice t) mensal for igual ou superior a 1% em relação à unidade.” -----

----- Mais concluiu que não há lugar a revisão de preços na referida empreitada. -----

----- A Câmara, considerando a informação técnica supramencionada deliberou, por unanimidade, não proceder à aplicação da revisão de preços na empreitada acima identificada. -----

----- Seguem-se os dados relativos à obra em referência: -----

“Data do contrato: 12.07.2017 -----

Data da consignação: 14.07.2017 -----

Prazo de execução: 30 dias -----

Data da receção provisória: 14.09.2017 -----

Valor do contrato: €50.342,15 -----

Adjudicatário: Manuel Joaquim Caldeira, Lda.” -----

**----- 4. UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS – REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E SANEAMENTO DA ZONA ANTIGA DE PEREDO DA BEMPOSTA – TRABALHOS COMPLEMENTARES – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -**

Foi presente a informação número setecentos e oito, de dezasseis de abril de dois mil e dezoito, do chefe de Divisão da Unidade de Obras Municipais, Abel Afonso Varandas, sobre o assunto em epígrafe, na qual informou que, em cumprimento do estabelecido nos artigos 300.º e 382.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, em conjugação com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 06/2004, de 06 de janeiro, procedeu ao cálculo da revisão de preços definitiva da empreitada em título, conforme mapas de cálculo que juntou. -----

----- Informou ainda, transcrevendo o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro: -----

----- “Limite do coeficiente de atualização – Só haverá lugar a revisão de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de



Reunião de 08 de maio de 2018



atualização C (índice t) mensal for igual ou superior a 1% em relação à unidade.” -----

----- Mais concluiu que não há lugar a revisão de preços na referida empreitada. -----

----- A Câmara, considerando a informação técnica supramencionada deliberou, por unanimidade, não proceder à aplicação da revisão de preços na empreitada acima identificada. -----

----- Seguem-se os dados relativos à obra em referência: -----

“Data do contrato: 12.07.2017 -----

Data da consignação: 14.07.2017 -----

Prazo de execução: 30 dias -----

Data da receção provisória: 16.08.2017 -----

Valor do contrato: €131.184,24 -----

Adjudicatário: Manuel Joaquim Caldeira, Lda.” -----

----- **5. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE FRANCISCO JOSÉ COSTA GASPAR PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um requerimento de, Francisco José Costa Gaspar, datado de vinte e oito de março de dois mil e dezoito, com morada na avenida Calouste Gulbenkian, número oitenta e três, na vila de Mogadouro, registado com o número dois mil oitocentos e quarenta e cinco barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, no âmbito do disposto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, na sua informação número trezentos e vinte e quatro, de dezassete de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido do sr. Francisco José Costa Gaspar cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois o requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido ao requerente, um cartão de comparticipação municipal em

Reunião de 08 de maio de 2018



medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de participação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu o parecer técnico, datado de dezoito de abril corrente, que se transcreve: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio do requerente, atribuindo-lhe a participação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

**----- 6. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE JOSÉ ANTÓNIO CORREIA PARA PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um requerimento de, José António Correia, datado de vinte e três de março de dois mil e dezoito, com morada na rua do calvário, sem número, na localidade de Vila de Ala deste concelho, registado com o número dois mil oitocentos e quarenta e três barra dezoito, em que solicitou apoio para participação de medicamentos, no âmbito do disposto no Regulamento de Participação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, na sua informação número trezentos e vinte e três, de dezassete de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido do sr. José António Correia cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Participação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a), b), c) e d) do mesmo, pois a requerente tem mais de 65 anos de idade, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

Reunião de 08 de maio de 2018



----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido ao requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu o parecer técnico, datado de dezoito de abril corrente, que se transcreve: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio do requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

**----- 7. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE GUILHERMINA DOS ANJOS XARDO PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um requerimento de, Guilhermina dos Anjos Xardo, datado de vinte e três de março de dois mil e dezoito, com morada na rua do calvário, sem número, na localidade de Vila de Ala deste concelho, registado com o número dois mil oitocentos e quarenta e três barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, no âmbito do disposto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, na sua informação número trezentos e vinte e dois, de dezassete de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da sra. Guilhermina dos Anjos Xardo cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 ao artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a), b) c) e d) do mesmo, pois a requerente tem mais de 65 anos de idade, é pensionista, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é

Reunião de 08 de maio de 2018



eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros). -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu o parecer técnico, datado de dezoito de abril corrente, que se transcreve: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

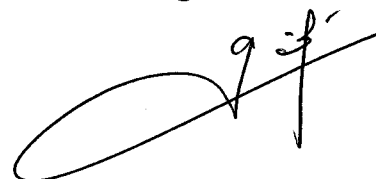
----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

**----- 8. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE RAQUEL AUGUSTA COSTA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um requerimento de, Raquel Augusta Costa, datado de vinte e oito de março de dois mil e dezoito, com morada na avenida Calouste Gulbenkian, número oitenta e três, na vila de Mogadouro, registado com o número dois mil oitocentos e quarenta e seis barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, no âmbito do disposto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, na sua informação número trezentos e vinte e cinco, de dezassete de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da sra. Raquel Augusta Costa cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas

Reunião de 08 de maio de 2018



alíneas a), b), c) e d) do mesmo, pois a requerente tem mais de 65 anos de idade, é pensionista, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros). -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu o parecer técnico, datado de dezoito de abril corrente, que se transcreve: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

**----- 9. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE LÚCIA ANDRÉ TEIXEIRA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS PARA A FILHA BRUNA SOCIA TEIXEIRA FERNANDES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -**

Foi presente um requerimento de, Lúcia André Teixeira, datado de vinte e três de março de dois mil e dezoito, com morada na rua dr. Manuel cordeiro, número trinta e oito, na vila de Mogadouro, registado com o número dois mil oitocentos e vinte e sete barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, no âmbito do disposto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro, para a sua filha, Bruna Sofia Teixeira Fernandes. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, na sua informação número trezentos e vinte, de dezassete de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

Reunião de 08 de maio de 2018



----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido efetuado pela sra. Lúcia André Teixeira, para a sua filha Bruna Fernandes, cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois a requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido, à menor Bruna Sofia Teixeira Fernandes, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu o parecer técnico, datado de dezassete de abril corrente, que se transcreve: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito para a sua filha, Bruna Sofia Teixeira Fernandes, devendo o cartão de medicamentos ser passado em nome da menor. -----

**----- 10. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE MARIA ADELAIDE FINS PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um requerimento de, Maria Adelaide Fins, datado de doze de abril de dois mil e dezoito, com morada na rua da barreira, sem número, na freguesia de Bruçó deste concelho, registado com o número três mil quatrocentos e setenta e nove barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, no âmbito do

Reunião de 08 de maio de 2018



disposto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, na sua informação número trezentos e vinte e seis, de dezanove de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica da sra. Maria Adelaide Fins, verificou-se que o seu pedido cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a), b) c) e d) do mesmo, pois a requerente tem mais de 65 anos de idade, é pensionista, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do seu rendimento *per capita* é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu o parecer técnico, datado de dezanove de abril corrente, que se transcreve: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

**----- 11. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE IVETE DA CONCEIÇÃO DE SÁ GERALDES PARA COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um requerimento de, Ivete da Conceição de Sá Geraldes, datado de vinte de abril de dois mil e dezoito, com morada na rua da barreira, número vinte e três, na freguesia de Bruçó deste concelho,

Reunião de 08 de maio de 2018



registado com o número três mil quinhentos e setenta e seis barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, no âmbito do disposto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, na sua informação número trezentos e trinta e oito, de trinta de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da sra. Ivete da Conceição de Sá Geraldes, cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois a requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá ser utilizado em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximos de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu o parecer técnico, datado de dois de maio corrente, que se transcreve: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- **12. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE ALCINA DOS ANJOS CHARDO REIGADA PARA COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um requerimento de, Alcina dos Anjos



Reunião de 08 de maio de 2018



Chardo Reigada, datado de dezanove de abril do corrente ano, com morada na travessa da canada, na localidade de Santiago, freguesia de Vila de Ala deste concelho, registado com o número três mil quinhentos e setenta e quatro barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação em medicamentos, no âmbito do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, na sua informação número trezentos e trinta e quatro, datada de vinte e três de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da sra. Alcina dos Anjos Chardo Reigada, cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois a requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu o parecer técnico, datado de vinte e quatro de abril do corrente ano, que se transcreve: -----

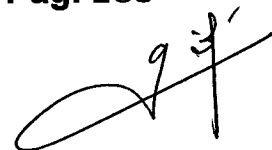
----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- **13. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL –  
PEDIDO DE APOIO DE ANTÓNIO MANUEL ASSIS PARA**

Reunião de 08 de maio de 2018

**COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:**

- Foi presente um requerimento de, António Manuel Assis, datado de dezanove de abril do corrente ano, com morada na rua do poço, número catorze, na freguesia de Urrós deste concelho, registado com o número três mil quinhentos e setenta e três barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamento, no âmbito do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. –

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, na sua informação número trezentos e trinta e três, de vinte e três de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido do sr. António Manuel Assis, não cumpre todos os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que não obedece ao estipulado na alínea d) do mesmo, pois a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é superior a 50% do salário mínimo nacional.” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu o parecer técnico, datado de vinte e quatro de abril do corrente ano, que se transcreve: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- A Câmara, atendendo aos pareceres técnicos supratranscritos deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de apoio formulado pelo requerente. -----

----- **14. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE JOAQUIM FERNANDO DE CARVALHO CORDEIRO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:**

- Foi presente um requerimento de, Joaquim Fernando de Carvalho Cordeiro, datado de treze de abril do corrente ano, com morada na rua do fundo, número quatro, na freguesia de Brunhoso, deste concelho, registado com o número três mil quatrocentos e oitenta e um barra dezoito, em que solicitou apoio para comparticipação em medicamentos, no âmbito do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

Reunião de 08 de maio de 2018



----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, na sua informação número trezentos e trinta e dois, datada de vinte e três de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido do sr. Joaquim Fernando de Carvalho Cordeiro, cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Participação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois o requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro, há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido ao requerente, um cartão de participação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de participação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu o parecer técnico, datado de vinte e quatro de abril do corrente ano, que se transcreve: -----

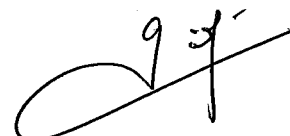
----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio do requerente, atribuindo-lhe a participação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

**----- 15. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – PEDIDO DE APOIO DE MARIA ELISA CORDEIRO PARA PARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um requerimento de, Maria Elisa Cordeiro, datado de treze de abril do corrente ano, com morada na rua do fundão, número quatro, na freguesia de Brunhoso deste concelho, registado com o número três mil quatrocentos e oitenta e oito, em que solicitou apoio para participação de medicamentos, nos termos do disposto no

Reunião de 08 de maio de 2018



Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, na sua informação número trezentos e trinta e um, de vinte e três de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da sra. Maria Elisa Cordeiro, cumpre os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois a requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, emitiu o parecer técnico, datado de vinte e quatro de abril do corrente ano, que se transcreve: -----

----- “Concordo com a presente informação, porquanto, satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

----- À consideração superior da Exma. Vereadora no uso de competências delegadas.” -----

----- Analisados os pareceres técnicos supratranscritos e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio da requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezoito. -----

----- **16. GABINETE MÉDICO VETERINÁRIO – DESPACHO AUTORIZADOR DA INTENÇÃO DE CANDIDATURA AOS INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A MODERNIZAÇÃO DOS CRO AMPLIAÇÃO DO CANIL INTERMUNICIPAL DE BRAGANÇA, MIRANDA DO DOURO, MOGADOURO E VIMIOSO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO: -**  
O Executivo deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor

Reunião de 08 de maio de 2018



presidente da Câmara, datado de trinta de abril de dois mil e dezoito, adiante transcrito, proferido, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob a informação do médico veterinário municipal, António Alberto Gonçalves Abreu, registada com o número "2018,EXP,I,GE,336", de trinta de abril do corrente ano, relativo à "Intenção de Candidatura aos Incentivos Financeiros para Modernização dos CRO – Proposta de Ampliação do Canil Intermunicipal de Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso": -----

----- "Concordo com a informação. Aprovo a intenção de candidatura e da ampliação do canil (CRO). Ao Executivo para ratificação." -----

**----- 17. PEDIDO DE APOIO À CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DE MIGUEL BÁRTOLO PNEUS UNIPessoal LDA. – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:**

- Foi presente um requerimento assinado por, Luís Miguel Bártole, sócio da empresa Miguel Bártole, Pneus, Unip, Lda., com sede na avenida do sabor, número quatro, na vila de Mogadouro, datado de vinte e três de janeiro do corrente ano, registado com o número "2018,EXP,E,GE,476", em que solicitou a atribuição de apoio financeiro previsto no Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais de Interesse Municipal, pela criação de um posto de trabalho. -----

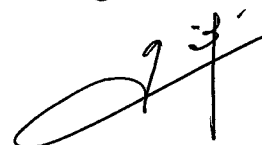
----- Na sequência do despacho proferido pelo senhor presidente, datado de vinte e seis de janeiro de dois mil e dezoito, o chefe de gabinete, Aníbal José Moreno, em vinte e seis de abril do corrente ano, prestou a seguinte informação: -----

----- "MIGUEL BÁRTOLO PNEUS UNIPessoal LDA., contribuinte n.º 509957676, com o NISS: 25099576769, com sede na av. do sabor, 5200 – 204 Mogadouro, União de freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação de postos de trabalho. -----

----- Analisada a documentação, verifica-se que a requerente iniciou a atividade em 12-09-2011, conforme Declaração de Início de Atividade que apresentou na Autoridade Tributária, com o CAE: 45320 COMÉRCIO A RETALHO DE PEÇAS P7 AUTOMÓVEIS, como atividade principal e CAE: 45200 MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, como atividade secundária. -----

----- Requer apoio pela criação de um posto de trabalho, apresenta contrato de trabalho sem termo com o trabalhador, Luís Miguel Mesquita Purrato, NIF:

Reunião de 08 de maio de 2018



235166545, NISS: 12019769030, com início em 1-11-2017 e comunicação de admissão à Segurança Social. -----

----- Da consulta das declarações entregues na Segurança Social verifica-se que em julho/2017 e outubro/2017 tinha três trabalhadores, da consulta dos meses de novembro/2017 a março/2018 continua a ter somente três trabalhadores, não se verificando a criação líquida de mais um posto de trabalho, mas sim a substituição de um trabalhador por outro. -----

----- Não se verifica a criação de mais um posto de trabalho. -----

----- Apresenta também declaração de compromisso de honra em que se compromete a manter o posto de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos. -----

----- Em face do exposto, sou de opinião que não deve ser apoiado." -----

----- Atendendo à informação supratranscrita, o Executivo deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de apoio apresentado pelo requerente. -----

**----- 18. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE TÓ PARA CONCLUSÃO DA CASA MORTUÁRIA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:**

- Foi presente um requerimento do presidente da Junta de Freguesia de Tó, António José Marcos, com sede no largo da praça, 5200-422 Tó, datado de vinte e três de abril de dois mil e dezoito, registado com o número "2018,EXP,E,GE,1825", no qual solicitou uma ajuda monetária para a conclusão da casa mortuária, em construção naquela freguesia, informando que a estimativa orçamental do projeto é de cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta euros (€59.280,00), e já foram gastos até ao momento, onze mil e quinhentos euros (€11.500,00). -----

----- Depois de apreciado o pedido, o Executivo deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

**Um** – Revogar a deliberação tomada em reunião ordinária de vinte e cinco de outubro de dois mil e dezasseis, na qual lhe tinha sido concedido apoio financeiro para as obras de substituição do telhado da sede da Junta de Freguesia no valor de sete mil e quinhentos euros (€7.500,00). -----

**Dois** – Anulado o protocolo anteriormente estabelecido para a obra indicada no ponto anterior, e tendo aquela Junta de Freguesia desistido do apoio concedido para aqueles fins, a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Formas de Apoios às Freguesias do concelho de Mogadouro deliberou, por unanimidade, prestar um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Tó, na importância de sete mil e quinhentos euros (€7.500,00) destinado à conclusão das obras de construção da casa mortuária daquela freguesia. -----

## Reunião de 08 de maio de 2018

**Três** – O apoio financeiro será concedido mediante a celebração de um contrato-programa, a assinar por ambas as partes, conforme prevê o n.º 1 do artigo 7.º do regulamento municipal acima mencionado. -----

----- **19. CONCURSO CONCELHIO DE GADO DE RAÇA MIRANDESA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Tendo por base a informação número mil e sete, de três de maio de dois mil e dezoito, do adjunto do gabinete do presidente da Câmara, Ilídio Miguel Martins Rito, a Câmara deliberou, por unanimidade, à semelhança de anos anteriores, levar a efeito mais um concurso concelhio de gado de raça mirandesa que terá lugar na localidade de Tó, no próximo dia três de junho. -----

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre os dias vinte e quatro de abril e sete de maio do ano de dois mil e dezoito na importância de quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e um euro e vinte e quatro cêntimos (€457.221,24). -----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor presidente encerrado a reunião pelas onze horas, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu *António Luís Moreira*, António Luís Moreira, chefe de Divisão Administrativa e Financeira, coadjuvado pela coordenadora técnica, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, redigi e subscrevi: --

*António Luís Moreira*  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

